Ata da reunião ordinária nº 1613 do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, realizada no dia 15 de julho de 2026.

No dia quinze de julho, do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h30, na sala dos Conselhos, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Administração, sob a presidência da Profª Dra. Andréa Name Colado Simão, com a presença dos seguintes Conselheiros: Gelson Liston, Alex Eduardo Gallo, Alan Salvany Felinto, Carlos Eduardo Caldarelli, Carrie Chueiri Ramos Galvan, Inês Cristina de Batista Fonseca, José Fernando Mangili Junior, Orlando Mendes Fogaça Junior, Luis Alberto Garcia de Freitas, Aurélio Pereira, Doumit Camilios Neto, Marta Silene Ferreira Barros, Marci Batistão, Vera Lucia Tieko Suguihiro e Amauri Alcindo Alfieri. Ausências justificada: Miguel Belinati Piccirillo, Laura Taddei Brandini e João Antonio Cyrino Zequi. Convidados: Silvano César da Costa e Marina Menezes. **I. ORDEM DO DIA. 1) Discussão e votação da ata da reunião 1612 de 08 de julho de 2026.** Prof. Carlos Caldarelli solicitou a retirada da ata de pauta, pois identificou que deveria constar no relatório do EAAJ - Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos (item 4) alguns dados apresentados no Conselho de Centro do CESA, mas que não poderiam ser feitos naquele momento, e que dependeria de conversa com a Diretora do EAAJ, profª Márcia Teshima). Profª Andréa Name também solicitou a retirada da ata de pauta, para que conste na íntegra a fala da profª Laura Brandini a respeito de seu informe sobre o curso de Relações Internacionais. O motivo apresentado foi que a profª Laura teria corrigido a fala da Reitora de forma equivocada, sendo necessária a inclusão do texto completo para o devido ajuste. Diante dessas solicitações, a retirada de pauta foi colocada em votação e aprovada com 2 (duas) abstenções. **2) Processo 25.892.796-6 - Termo Aditivo do contrato de fornecimento de tecnologia de material biológico que celebram a Universidade Estadual de Londrina e a Simbiose Indústria e Comércio de Fertilizantes e Insumos Microbiológicos Ltda, com interveniência da FAUEL (Relatores: Prof. Admilton Oliveira Junior e Marina Menezes).** Marina informou que o contrato original tem por objetivo o licenciamento de uma bactéria usada para a produção de um biofungicida que a empresa Simbiose está licenciando. No contrato original, a universidade recebe R$ 60 mil por ano. Como todo contrato administrativo deve ter duração de até 5 anos, ele foi celebrado em 2021 e venceria no próximo mês. Estão solicitando este Termo Aditivo para prorrogar o contrato por mais 5 anos devido a dois motivos

principais: 1) Registro no MAPA: a empresa levou dois anos para conseguir o registro junto ao Ministério da Agricultura, o que atrasou o início efetivo da comercialização e o recebimento dos royalties; 2) base legal: o Decreto de Inovação (Decreto 1086/2022) permite a renovação por mais 5 anos, totalizando 10 anos de contrato, desde que seja financeiramente benéfico para a administração pública. Colocado em regime de votação, o Termo Aditivo do Contrato de Fornecimento de Tecnologia de Material Biológico que celebram a Universidade Estadual de Londrina e a Simbiose Indústria e Comércio de Fertilizantes e Insumos Microbiológicos Ltda, foi aprovado por unanimidade. Itens 3 a 11 - apreciados em bloco. **3) Processo 25.745.842-3 - FAUEL - deliberar acerca do relatório financeiro final do Curso de Especialização Lato Sensu em Contabilidade e Controladoria Empresarial - Turma 2024/1. 4) Processo 25.733.123-7 - FAUEL - deliberar acerca do relatório financeiro final do Curso de Especialização Lato Sensu em Direito Empresarial Aplicado à Era Digital - Turma 2024/1. 5) Processo 25.732.681-0 - FAUEL - deliberar acerca do relatório financeiro final do Curso de Especialização Lato Sensu em Direito da Família e Sucessões - Teoria e Prática - Turma 2024/1. 6) Processo 25.767.443-6 - FAUEL - deliberar acerca do relatório financeiro final do curso de especialização Lato Sensu em Gestão Tributária e Contabilidade – Turma 2024/1. 7) Processo 25.734.118-6 - FAUEL - deliberar acerca do relatório financeiro final do Curso de Especialização Lato Sensu em Mídias Digitais: Design e Comunicação - Turma 2024/1. 8) Processo 25.733.792-8 - FAUEL - deliberar acerca do relatório financeiro final do Curso de Especialização Lato Sensu em Finanças Corporativas - Turma 2024/1. 9) Processo 25.774.073-0 - FAUEL - deliberar acerca do relatório financeiro do Curso de Especialização Lato Sensu em MBA em Gestão de Pessoas e People Experience - Turma 2024/1. 10) Processo 25.835.938-0 - FAUEL - deliberar acerca do relatório financeiro final do Curso de Especialização Lato Sensu em MBA em Gestão de Projetos - Turma 2024/1. 11) Processo 25.856.851-6 - FAUEL - deliberar acerca do relatório financeiro final do Curso de Especialização Lato Sensu em Direito do Estado - Turma 2024/1 (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).** Prof. Amauri informou que os processos de números 3 a 11 referem-se a relatórios financeiros de nove cursos de especialização do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA), todos da turma do primeiro semestre de 2024, conveniados com a FAUEL. Detalhou o trâmite desses processos, explicando que a FAUEL elabora o relatório com planilhas de custos, receitas e documentos

comprobatórios (notas fiscais, recibos, contratos de doação). O processo é enviado via e-protocolo à Proplan, que realiza a análise preliminar da prestação de contas, quanto à distribuição dos percentuais destinados à UEL, FAUEL, Biblioteca e centros de estudos. Após a conferência, a PROAF ratifica os valores de recolhimento das taxas previstas na Resolução. Havendo irregularidades, o processo retorna ao centro de estudos e aos departamentos para regularização. Sanadas as falhas, o processo é submetido ao departamento, ao Conselho de Centro e, por fim, à PROPPG, que anexa informações acadêmicas (número de vagas, inscritos, selecionados e concluintes), conforme solicitado anteriormente por este conselho. Concluiu afirmando que todos os nove processos em pauta se encontram em absoluta conformidade. Profª Inês Fonseca manifestou preocupação quanto ao rito de aprovação financeira nos centros e nas comissões. Argumentou que o trabalho minucioso de conferência de notas fiscais, recibos e depósitos já é realizado pela Proplan e que tais documentos muitas vezes não estão disponíveis para análise detalhada no momento da votação no Conselho de Centro. Afirmou considerar a responsabilidade dessa aprovação "complicada" para os conselheiros de base, sugerindo que o trâmite financeiro deveria ser retirado da competência dos centros e até mesmo do Conselho de Administração, ficando estes restritos à análise do mérito acadêmico, alcance social e publicações. Profª Andréa defendeu a manutenção do trâmite atual. Argumentou que, como os conselhos de departamento e de centro têm a competência para aprovar a planilha orçamentária original no momento da criação do curso, é natural e necessário que também tenham a responsabilidade de avaliar como esses gastos foram executados ao final. Ressaltou que o processo contém um descritivo suficiente para fundamentar a avaliação do Conselho de Centro. Reforçou que o departamento deve olhar as planilhas e o conselho de centro deve validar o mérito e o orçamento conjuntamente. Colocados em regime de votação, os processos referentes aos itens 3 a 11 foram aprovados por unanimidade. **12) Processo 23.957.009-7 - HUTEC - deliberar acerca do relatório financeiro do Projeto de Ensino, Pesquisa e de Extensão - PEPE, intitulado “Formação Continuada Interdisciplinar, Diagnóstico Socioeducacional e Sistematização das Experiências de Psicólogos e Assistentes Sociais na Educação Básica do Paraná”, período compreendido de 05/10/2023 a 15/12/2024 (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).** Prof. Amauri informou que o projeto ocorreu no âmbito de um convênio entre a Paraná Educação e a UEL, sob responsabilidade do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento do Centro de Ciências

Biológicas (CCB). Detalhou a estrutura do processo, destacando os trâmites na Secretaria de Estado da Educação do Paraná, documentos contábeis, notas fiscais, recibos e o relatório final consolidado. Informou que o projeto foi aprovado pela Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade em maio de 2026 e teve sua regularidade financeira atestada pela PROPLAN e PROAF. Ressaltou que foram contratados 200 psicólogos e 100 assistentes sociais para atender 2.971 escolas em todos os núcleos regionais do estado, além da contratação de 20 bolsistas discentes. Sobre os valores, citou uma receita total de R$ 15.030.529,69, despesas com pessoal de R$ 9.531.079,43, taxa de administração de R$ 601.221,17 e um saldo operacional de R$ 5.076.787,00, integralmente devolvido ao Estado. Prof. Alex Gallo explicou que coordenou o projeto durante o período relatado, tendo participado das negociações com o Estado, que duraram três anos. Ressaltou que o objetivo inicial era atender todos os municípios do Paraná, meta que foi alcançada. Informou que, embora o projeto tenha tido continuidade, ele não faz mais parte da gestão atual da proposta. Profª Andréa Name destacou que esse projeto serve de inspiração para uma proposta que a administração pretende apresentar ao governo estadual: a implementação de atendimento psicossocial voltado aos estudantes universitários das sete universidades estaduais do Paraná. Convidou formalmente o professor Alex para auxiliar na elaboração dessa nova proposta, enfatizando o impacto social positivo e a carência desses profissionais no ambiente acadêmico. Solicitou à assessoria que registrasse a necessidade de dar andamento a essa sugestão. Profª Carrie Galvan parabenizou a equipe pela importância do projeto e pela complexidade do relatório financeiro apresentado. Destacou o papel da PROPLAN como "sentinela" na revisão dessas contas, visto que o volume de informações (mais de 3 mil páginas) torna a análise por parte dos conselheiros individualmente inviável. Parabenizou o conselheiro Amauri pelo estudo minucioso do processo e enfatizou a importância social do projeto para a universidade e para o Centro de Ciências Biológicas. Prof. Alex Gallo destacou que o detalhamento financeiro e a parte técnica da prestação de contas foram realizados HUTEC, garantindo a precisão dos dados apresentados no relatório. Colocado em regime de votação, o relatório financeiro do Projeto de Ensino, Pesquisa e de Extensão - PEPE, intitulado “Formação Continuada Interdisciplinar, Diagnóstico Socioeducacional e Sistematização das Experiências de Psicólogos e Assistentes Sociais na Educação Básica do Paraná”, período compreendido de 05/10/2023 a 15/12/2024, foi aprovado por unanimidade. **13) Processo 24.620.776-3 - deliberar acerca do Contrato de Doação de bens**

<u>móveis da FAUEL à UEL (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).</u> Prof. Amauri explicou que a formalização é necessária para a atualização cadastral, atendimento de normas e garantia da conformidade dos registros patrimoniais. Informou que o processo foi disparado pela PROAF, que encaminhou uma relação inicial de 1.129 bens para incorporação. Detalhou que a Procuradoria Jurídica (PJU) sugeriu alterações na minuta para adequação às normas internas e alertou sobre a falta de tramitação prévia na PROPLAN. Esclareceu que, após a conferência e ajustes sugeridos pela PJU, o número de itens foi retificado para 108, visto que alguns bens já haviam sido doados anteriormente. Concluiu que, após a deliberação do Conselho, o processo retornará à PROPLAN para a formalização administrativa. Profª Andréa explicou a dinâmica de incorporação de bens, ressaltando que projetos de especialização ou que geram recursos via fundações (FAUEL, HUTEC etc.) recebem inicialmente a identificação da fundação de apoio. Para que se tornem patrimônio da universidade, é necessário apresentar a nota fiscal e realizar o processo de doação. Lembrou que as fundações foram notificadas no passado sobre a existência de diversos equipamentos que possuíam apenas a placa da fundação, e que este processo visa justamente regularizar essa situação. Enfatizou a necessidade de vigilância para que todos os bens provenientes de fundações possuam as duas placas de identificação (patrimônio da fundação e da UEL). Prof. Caldarelli relatou que, atualmente no CESA, esse problema está reduzido. Informou que o centro recebe os equipamentos já com as duas placas e que a fundação não libera o item para o professor até que o pessoal do patrimônio da UEL realize a devida identificação e registro. Profª Andréa complementou mencionando que, no passado, era comum receber produtos (especialmente no hospital) e ter que solicitar posteriormente as notas fiscais às fundações para iniciar o processo burocrático de patrimônio, o que muitos acabavam não fazendo. Reafirmou que o procedimento atual é mais seguro e necessário para a organização da instituição. Profª Carrie manifestou preocupação sobre o período de aquisição desses bens, notando que o processo não especificava claramente a qual intervalo de tempo eles se referiam, considerando o volume de itens mencionados. Prof. Amauri informou que a lista de produtos, iniciada na página 4, contém itens adquiridos a partir de 2016 e observou que a maior parte dos registros consta de 2018 em diante. Profª Andréa apontou que na página 12 constam inclusive produtos de 2015. Observou que o acúmulo indica que tais bens "nunca foram doados" formalmente ao longo dos anos, reforçando que a aprovação deste contrato irá finalmente normalizar e regularizar a situação desses

ativos. Profª Carrie concluiu observando que, devido ao tempo decorrido, seria quase impossível relacionar cada um desses bens aos seus projetos originais, mas reiterou que a medida de regularização em bloco era o caminho correto a ser tomado. Colocado em regime de votação, o Contrato de Doação de bens móveis da FAUEL à UEL foi aprovado por unanimidade. **14) Processo 25.335.591-3 - deliberar acerca do Termo de Cooperação que celebram a Secretaria de Inovação e Inteligência Artificial – SEIA, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM e a Universidade Estadual de Londrina – UEL (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).** Prof. Amauri explicou que o CNPEM é uma entidade privada supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sediada em Campinas, e abriga laboratórios de excelência como o Sirius (acelerador de partículas) e o Orion (pesquisa de patógenos de alto risco). Detalhou que o projeto global está estruturado em três etapas estratégicas principais: Fase 1 (Estruturação Conceitual e Diagnóstico): é o objeto imediato do acordo de cooperação técnica (IACT) em análise pelo conselho. Esta fase possui um prazo estimado de execução de 12 meses. Fase 2 (Implementação): consiste na implementação do acordo propriamente dita, a ser iniciada após a conclusão dos diagnósticos iniciais. Fase 3 (Expansão e Consolidação): etapa final voltada para o crescimento e a estabilização das atividades do centro. Ressaltou que a deliberação do Conselho de Administração naquele momento restringia-se à Fase 1, focada no levantamento conceitual e diagnóstico da proposta. Informou que o processo tramitou inicialmente na SEIA e passou por rigorosa análise da Procuradoria Jurídica (PJU), que sanou dúvidas sobre pessoal, bolsas, carga horária e propriedade intelectual. Ressaltou que a Profª Sônia Fabris é a responsável técnica, compondo o comitê técnico científico com o Prof. Cláudio Pereira Sampaio. Destacou ainda a manifestação favorável do Professor Adair Pastor Ferreira (Departamento de Química) e a designação do Professor Roberto Matos como fiscal. Confirmou que o Departamento de Química e a direção do CCE aprovaram a disponibilidade de 8 horas semanais do Professor Adair para a gestão do processo, recebendo parecer favorável da PROPLAN e da PJU. Prof. Alan Felinto manifestou apoio ao projeto, destacando a trajetória do Professor Adair, que possui experiência como pró-reitor na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e credibilidade na área de integração estado-empresa. Classificou a proposta de 12 meses como ousada, mas viável devido ao suporte financeiro e técnico envolvido. Enfatizou que a parceria é estratégica para a universidade por envolver inovação na cadeia produtiva, permitindo que a UEL atue desde a concepção de materiais

sustentáveis até a fase de prototipagem e escalonamento industrial. Prof. Amauri reforçou que a associação direta da UEL ao CNPEM representa uma conquista institucional de enorme magnitude. Profª Andréa corroborou as falas anteriores, pontuando que o Professor Adair, embora novo na UEL, possui uma carreira consolidada na iniciativa privada e em outras federais, com ligações ao Centro de Inovação da Unicamp. Destacou que o benefício imediato para a universidade será o impacto positivo nos rankings internacionais, especialmente nos índices de sustentabilidade e aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Relembrou que, embora a UEL tenha melhorado em alguns itens de sustentabilidade recentemente, o projeto é fundamental para transformar propostas acadêmicas em realidade prática e melhorar a nota institucional. Prof. Silvano esclareceu que esta primeira fase é estritamente de prospecção e diagnóstico, funcionando como um período de estudo de um ano para levantar as capacidades reais e formular o que será executado na segunda etapa. Salientou que o documento prevê que qualquer um dos participantes (UEL, CNPEM ou SEIA) poderá deixar o projeto sem prejuízos caso os levantamentos iniciais assim indiquem, garantindo segurança jurídica às instituições. Colocado em regime de votação, o Termo de Cooperação que celebram a Secretaria de Inovação e Inteligência Artificial – SEIA, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM e a Universidade Estadual de Londrina – UEL, foi aprovado por unanimidade. **II.INFORMES.** 1) A Reitora, Profª Andréa Name, fez os seguintes informes: 1.1) Abertura do Projeto Rondon Paraná em Ponta Grossa. Relatou que, dando continuidade à sua agenda de viagens para tratar de assuntos institucionais, deslocou-se na noite de sexta-feira, 10 de julho, para a cidade de Ponta Grossa para participar da cerimônia de abertura do Projeto Rondon. Informou que a Universidade Estadual de Londrina (UEL) esteve muito bem representada no evento. Destacou a presença do Professor Paulo Liboni, que atuava como coordenador do projeto pela Proex, e da Professora Adriana Soares Russo, também da Proex. Além da representação docente e administrativa, a Reitora ressaltou a participação de vários alunos da universidade que estavam presentes para o início das atividades do projeto. Relatou ainda que durante viagem a Curitiba iniciada em 9 de julho, foi surpreendida pelo cancelamento de um evento da Copel que ocorreria na manhã do dia seguinte. Explicou que a universidade possui um projeto de energia sustentável aprovado junto à Copel, que contempla tanto a UEL quanto o Hospital Universitário (HU). O objetivo da agenda era a assinatura do termo de convênio, prevista para sexta-feira, dia 10 de julho, às 9h00,

juntamente com representantes de outros hospitais universitários do estado. No entanto, às 20h00 da noite anterior, a Copel informou o cancelamento do ato. Segundo a Reitora, a justificativa apresentada pela companhia foi a intervenção realizada pelo Gaeco no Hospital Universitário da Unioeste, o que impactou a tramitação dos convênios naquele momento. 1.2) Agenda Institucional na SETI. A Reitora relatou que, na segunda-feira, 13 de julho, às 08h30, realizou uma visita à SETI em Curitiba, acompanhada da Profª Renata Schevisbiski Schlumberger, vice-diretora do CLCH. Informou que a presença da Professora Renata foi estratégica devido ao debate sobre o curso de Relações Internacionais. A pauta principal foi a tramitação dos quatro novos cursos de graduação da UEL: Fonoaudiologia, Geologia, Estatística e Ciência de Dados, e Relações Internacionais. Em relação aos cursos de Geologia e Fonoaudiologia, a Reitora informou que os processos, que estavam parados na SETI, voltaram a tramitar após movimentação da administração em junho. Comunicou que ambos os cursos já se encontram na mesa do Governador para despacho final. Ressaltou a defesa institucional feita para o curso de Geologia, enfatizando que não se trata de um interesse apenas departamental, mas de um projeto estratégico para Londrina e para o Estado, especialmente diante das descobertas de terras raras na região. Em relação ao Curso de Estatística e Ciência de Dados, relatou que discutiu com a SETI a possibilidade de ofertar este curso no campus de Assaí. Esclareceu que, embora a prefeitura de Assaí forneça a infraestrutura, a SETI é responsável pelos custos acadêmicos e pela contratação de professores. Mencionou que houve grande interesse da Secretaria neste curso por ser uma área com carência de profissionais no mercado. Em relação ao Curso de Relações Internacionais, informou que a SETI demonstrou alto interesse na proposta. Durante a reunião, surgiram ideias para fortalecer a internacionalização dentro da graduação, como a inserção de disciplinas internacionais no currículo, indo além da tutela de dupla diplomação. Explicou que o processo está atualmente na Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH) para ajustes técnicos na justificativa das vagas ociosas, visando sanar divergências entre os números da SETI e a realidade da UEL. A Reitora aproveitou a reunião para esclarecer a situação do Programa Paraná Fala Idiomas. Informou que o Programa não foi descontinuado, mas que sua primeira etapa (encomenda governamental) terminou. Relatou que uma nova encomenda governamental está sendo preparada para lançamento ainda este ano, garantindo o investimento para 2027, embora possa haver um breve intervalo na continuidade das bolsas durante a transição. Prof. Silvano Costa agradeceu o empenho da

Reitoria na viabilização do curso de Geologia, observando o longo tempo de trabalho dedicado a essa proposta. Quanto ao curso de Estatística e Ciência de Dados, informou que houve uma reunião com o departamento, que manifestou interesse em ofertar o curso em Assaí. Explicou que, para dar celeridade à aprovação e evitar os entraves que Geologia e Fonoaudiologia enfrentaram, o departamento optou por colocar na proposta original que não haveria necessidade de contratação imediata de professores, assumindo a carga horária inicialmente para que o curso pudesse ser implantado de pronto. Profª Andréa esclareceu que a tramitação para Assaí deve seguir os ritos internos (Câmaras, CEPE e CA). Ressaltou que, embora o município forneça a infraestrutura física, a SETI é a responsável por arcar com os custos acadêmicos e a contratação de professores, e que a universidade não pode garantir contratações baseadas apenas em promessas municipais. Informou que a SETI demonstrou grande interesse no curso por ser uma área de difícil contratação no mercado. Profª Carrie propôs uma reflexão sobre o quantitativo docente, pontuando que a universidade trabalha com base na LGU de 2019, que nunca foi readequada às inovações e necessidades reais. Relatou que seu centro, que contava com 319 docentes, teve que se limitar a 287 por conta das normas de horas, o que gera um impacto "gigantesco" nos cursos. Manifestou preocupação com a ideia de abrir cursos sem novos professores, alertando que isso pode comprometer a qualidade e sobrecarregar os departamentos que já estão "estrangulados". Profª Andréa corroborou a necessidade de uma revisão contundente da LGU, afirmando que os números atuais não favorecem a instituição. Explicou que a estratégia para os novos cursos, como Fonoaudiologia, é negociar o número integral de docentes para que estes possam atender não apenas o curso novo, mas também os departamentos dos diversos centros envolvidos que cederão carga horária. Profª Carrie considera "perigoso" criar cursos sem previsão de contratação. Defendeu que o momento da criação do curso é justamente a hora de negociar e buscar o aporte necessário junto ao Estado, temendo que a aceitação da oferta sem novos docentes se torne definitiva. Prof. Silvano justificou a decisão do departamento de Estatística como uma manobra para garantir a implantação imediata, prevendo que as vagas necessárias seriam pleiteadas em uma futura revisão da LGU ou redistribuição interna. Reiterou que a intenção foi evitar que o curso ficasse parado por mais de um ano aguardando análises de contratação. Profª Inês Fonseca alertou que a "dança das vagas" é um processo que muitos não compreendem tecnicamente. Enfatizou que, como o quantitativo total da universidade é fixo (1448 vagas), qualquer aumento de

demanda em um ponto sem expansão real resultará em redistribuição e prejuízo para outros centros e departamentos. Prof. Alan Felinto parabenizou a Reitora pela atuação política e destacou a importância estratégica da Geologia para o Paraná. Ressaltou que o estado está sobre um "colchão de terras raras", essencial para a nova matriz energética mundial, e que o curso é fundamental para a prospecção de recursos, tecnologias de água e fertilizantes. Sobre Estatística, afirmou que o departamento está ciente dos riscos e que os professores estão dispostos a assumir o desafio devido à alta empregabilidade da área. Informou que o departamento é pequeno, mas está crescendo e já possui projetos de pós-graduação e planos para um doutorado, o que reforça a viabilidade do curso de Estatística e Ciência de Dados. Profª Inês reiterou ser favorável aos cursos de Geologia e Estatística, mas reforçou sua posição de cautela quanto ao impacto que qualquer nova demanda causa no quantitativo fixo da universidade, pedindo para não ser interpretada de forma equivocada. Prof. Silvano finalizou esclarecendo que, no caso de Ciência de Dados, houve uma expansão exclusiva de vagas, não prejudicando o quantitativo de ninguém. Expressou a expectativa de que o mesmo ocorra com Estatística (via PSS) e Geologia (via contratação efetiva), garantindo que a criação desses cursos não retire vagas dos departamentos já existentes. 1.3) Tramitação e Defesa do Curso de Relações Internacionais. Profª Andréa relatou que, durante sua agenda na Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) no dia 13 de julho, o curso de Relações Internacionais foi um dos temas centrais. Informou que a Professora Renata Schevisbiski Schlumberger, vice-diretora do CLCH, a acompanhou na reunião devido ao seu conhecimento técnico e interesse direto na proposta. Destacou que houve um grande interesse da SETI no curso, surgindo inclusive ideias inovadoras para a internacionalização da graduação, como a inserção de disciplinas internacionais diretamente no currículo, indo além do modelo tradicional de dupla diplomação. Esclareceu que o processo se encontra atualmente na universidade, especificamente na Pró-Reitoria de Recursos Humanos, para ajustes técnicos necessários. Explicou que os números enviados pela SETI não condizem com a realidade da UEL: enquanto a Secretaria aponta a existência de 87 vagas ociosas, os registros internos indicam 58 vagas destinadas a concurso público. Ressaltou a necessidade de a PRORH identificar com precisão onde estão essas vagas e quem já está aguardando nomeação antes de prosseguir com a justificativa para o Estado. A Reitora rebateu afirmações feitas na reunião anterior pela diretoria do CLCH, que teria sugerido que o processo ficou parado na atual gestão. Utilizando

registros do sistema e-protocolo, demonstrou que o processo chegou ao gabinete em 29 de maio (gestão anterior) e permaneceu no estado de "sobrestado" (aguardando manifestação da reitoria da época) por 11 dias, sendo liberado para acesso da nova equipe apenas em 18 de junho. Refutou a ideia de que a gestão atual estaria segurando processos, enfatizando que em apenas quatro dias úteis após o acesso não seria possível sanar as inconsistências de vagas exigidas pela SETI. Por fim, a Reitora contextualizou a importância da criação do curso. 1.4) Situação e Continuidade do Programa Paraná Fala Idiomas Profª Andréa prestou esclarecimentos sobre o Programa Paraná Fala Idiomas, buscando retificar informações anteriormente circuladas sobre uma possível descontinuidade. Relatou que, no dia 3 de julho, sexta-feira, reuniu-se com o Prof. Rafael Deminice (ARI) e a Professora Benedita Ribeiro (PROEX) para tratar de um documento recebido pela Pró-Reitoria de Extensão, o qual sugeria o encerramento do programa por falta de entrega de relatórios. Esclareceu que a UEL entregou os relatórios devidamente, mas que a coordenação geral do programa no Estado orientou que estes fossem submetidos juntamente com a proposta de reformulação do projeto. Informou que, em reunião na SETI, na segunda-feira subsequente, foi confirmado que o problema não era exclusivo da UEL, mas decorrente de um atraso na coordenação geral do programa que afetou todas as universidades. Sobre o futuro do programa, Profª Andréa explicou que o Paraná Fala Idiomas funciona como uma "encomenda governamental", que possui fases com início, meio e fim. A etapa atual chegou ao seu termo natural, não se tratando de um cancelamento imotivado. Informou que a SETI já prepara uma nova encomenda governamental para ser lançada ainda no segundo semestre deste ano. O objetivo é publicar o edital em 2026 para garantir o investimento e a execução em 2027. Alertou que, devido ao tempo necessário para a tramitação da nova fase no governo, poderá haver um problema de continuidade no pagamento das bolsas durante o período de transição entre o final deste ano e o início do próximo. Referenciou o protocolo nº 26.211.239-0, enviado pela SETI às reitorias, que formaliza essas explicações e garante a manutenção do investimento no programa para os próximos anos. 1.5) Participação na Posse da Nova Diretoria da APIESP. A Reitora relatou que, na tarde de segunda-feira, às 14h, participou da cerimônia de posse da APIESP (Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público). Relembrou que a eleição para a nova diretoria ocorreu na própria UEL, no dia 9 de junho, coincidindo com o último dia da gestão anterior da universidade e com a sua posse como reitora. Informou a composição da nova gestão da associação: Presidente: Professor Alexandre

Webber (reitor da Unioeste), que já presidia a associação e foi reconduzido para mais dois anos. Vice-Presidente: Professora Salete Paulina Machado Sirino (reitora da Unespar) e Tesoureiro: Professor Fábio Neia (reitor da UENP). A Reitora manifestou uma visão crítica e preocupada sobre essa composição. Segundo ela, as universidades representadas na nova diretoria (Unespar, UENP e Unioeste) tiveram benefícios e contratações expressivas com a implantação da LGU (Lei Geral das Universidades), o que diverge da realidade enfrentada pela UEL. Pontuou que faltam na diretoria representantes de "grandes universidades" que entendam as dificuldades reais e as restrições que a LGU impõe. Por fim, afirmou que, apesar desse cenário, manteve-se presente no evento para realizar as defesas institucionais necessárias. 1.6) Reunião na SEFA e Impactos da Resolução nº 400/2026. Profª Andréa relatou uma situação crítica envolvendo a Secretaria da Fazenda (SEFA) em decorrência da Resolução nº 400/2026, publicada em 10 de abril. Explicou que essa resolução impacta diretamente os recursos próprios da universidade (Fonte 250, atualmente Fonte 500), que englobam receitas de vestibular, cursos de especialização e outros recursos gerados pela própria instituição. Informou que o governo estadual passou a exigir a devolução de 80% desses recursos, bloqueando os saldos das universidades. A Reitora detalhou que na semana anterior à reunião, recebeu uma notificação informando que, caso não houvesse o ofício de devolução dos recursos até quinta-feira (12 de julho), os reitores responderiam juridicamente com ameaça de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) na pessoa física. Relatou que, em reunião da APIESP na quinta-feira de manhã, enquanto universidades como Unespar e Unicentro aceitaram devolver os valores, a UEL, Unioeste e UEM recusaram-se a fazê-lo sem uma conversa presencial com a SEFA. A reunião na SEFA ocorreu na segunda-feira, 13 de julho, sendo descrito como uma reunião difícil, com cerca de 30 pessoas, onde cada universidade teve que justificar seu superávit. A SEFA questionou a origem e o destino do superávit de R$ 5 milhões da UEL do ano passado. Durante a reunião, profª Andréa contestou o fato de o governo não ter liberado sequer os 20% de direito da universidade, retendo 100% do valor. Após essa cobrança, a SEFA liberou, ainda na segunda-feira, cerca de R$ 3 milhões referentes a essa cota. Sobre a negociação financeira, a Reitora informou que: a SEFA pleiteia a devolução total de R$ 45,5 milhões (somando UEL e Hospital Universitário). A universidade contestou a inclusão do HU, mas a SEFA manteve a exigência sobre os recursos da UEL. Profª Andréa defendeu a utilização desses recursos para a manutenção da universidade e pagamento de bolsas, visto que o Estado também tem

segurado as cotas orçamentárias da LGU. Instruiu a PROPLAN a acelerar o gasto desses recursos próprios em empenhos e contratações necessárias, visando reduzir o saldo disponível para devolução. Mencionou que houve uma sinalização de que o jurídico da SEFA buscará brechas na lei para as instituições de ensino superior. Caso a devolução seja inevitável, o compromisso acordado é que o valor retorne à universidade como suplementação orçamentária na semana seguinte. 1.7) Reunião na SEIA e Situação dos Recursos do Edifício UEL Tech. Profª Andréa relatou uma agenda realizada na SEIA para tratar da recuperação de recursos destinados ao Edifício UEL Tech, localizado na região da Av. Madre Leônia, próximo ao shopping Catuaí. Relembrou que, no final de 2024, houve um anúncio público de um aporte de R$ 18 milhões para o referido prédio, mas informou que esse montante não chegou efetivamente à universidade até o presente momento. Esclareceu que, em 2025, houve uma quebra de contrato e o valor de R$ 18 milhões foi devolvido ao Estado, pois a gestão anterior não utilizou o recurso dentro do prazo estipulado, em virtude de problemas com a empresa contratada. Relatou que o Secretário da SEIA a convocou para explicar que a liberação do recurso agora seguirá um rito administrativo em duas etapas: a SEIA emitirá um decreto próprio para a Casa Civil, que permitirá à Casa Civil autorizar a SETI a liberar o recurso para a universidade. Destacou que a licitação para a reforma do telhado do UEL Tech já foi realizada. No entanto, a assinatura da ordem de serviço e o início das obras dependem dessa nova tramitação do decreto, que deve levar cerca de duas semanas para ser concluída. A Reitora finalizou o informe pedindo paciência à comunidade universitária, reforçando que a administração está trabalhando para destravar processos represados e garantir que os investimentos anunciados sejam efetivamente aplicados na infraestrutura da instituição. 1.8) Parcerias Culturais, Recursos para a OSUEL e Projetos Estratégico. Profª Andréa relatou a situação do projeto Palco Paraná e dos recursos destinados à cultura na universidade. Relembrou que, em 2024, havia sido anunciado um aporte de R$ 5 milhões para a OSUEL (Orquestra Sinfônica da UEL), mas que, no momento da assinatura, o contrato não foi formalizado devido a um problema de interpretação com a SEFA sobre a forma de liberação do recurso. Explicou que o Palco Paraná é um Programa do Estado e que o fluxo financeiro ocorre da seguinte forma: a Secretaria de Estado da Cultura envia o dinheiro para a universidade, que por sua vez contrata os músicos e a equipe técnica via Palco Paraná, não sendo permitida a intermediação por fundações de apoio. Informou que, para "reviver" este contrato e garantir os investimentos, participou de uma

reunião com a Secretária de Cultura, Luciana Casagrande, na terça-feira, 14 de julho, acompanhada pelo Professor Miguel. Detalhou que a comitiva contou também com a participação de Marta Dantas (Diretora da Casa da Cultura) e da Assessora Leda Araújo, que possui vasta experiência com a Lei Rouanet e fomento à cultura. Ressaltou que Leda veio para a universidade por meio de uma cessão da Prefeitura de Londrina, sem custos para a UEL, com o objetivo específico de auxiliar na organização dos eventos culturais e na captação de recursos. A Reitora anunciou que a reunião resultou no fechamento de uma parceria com o Teatro Guaíra. O objetivo institucional é incluir no escopo deste novo contrato não apenas a OSUEL, mas também a manutenção do Teatro Ouro Verde e o financiamento dos dois grandes festivais da universidade: o Festival de Música de Londrina e o Festival Internacional de Londrina. 1.9) Esclarecimentos sobre Tramitação de E-protocolos e Gestão Documental no GR/GVR. Profª Andréa relatou sobre o trâmite de processos dentro do gabinete, afirmando que a administração atual encontrou um volume considerável de e-protocolos parados há 2, 3 e até 4 anos. Explicou que muitos desses processos estavam em estado de "sobrestado" (arquivados temporariamente em pastas de acesso restrito da secretaria da gestão anterior) e só foram liberados para visualização da nova equipe em meados de junho. Citou um protocolo do CCB de 2023 sobre pichações que ficou parado por três anos, recebendo um parecer jurídico apenas em 9 de junho de 2026 (dia da posse da nova gestão) recomendando o arquivamento por falta de nitidez nas imagens. Mencionou também um processo da conselheira Inês, de novembro de 2022, que ficou estagnado por quase quatro anos. Relatou o caso de uma parceria proposta pelo Detran em julho de 2025 que ficou "sobrestada" e sem resposta até 18 de junho de 2026. A Reitora informou ter despachado o processo pessoalmente para verificar se o CTU e o Detran ainda possuem interesse na parceria, ressaltando que não arquivaria algo que poderia trazer financiamento sem antes consultar os envolvidos. Em relação ao processo referente ao Curso de Relações Internacionais, a Reitora rebateu formalmente críticas de que o processo estaria parado na gestão atual. Demonstrou, via registros do sistema, que o protocolo chegou ao gabinete em 29 de maio e ficou sobrestado por 11 dias sob a justificativa de "aguardar manifestação da reitora" (da gestão anterior), e não quatro dias como havia sido alegado. Reiterou que só teve acesso ao documento em 18 de junho e que a demora em enviá-lo à SETI deve-se à necessidade de a PRORH sanar inconsistências sobre o número de vagas (87 apontadas pelo Estado contra 58 reais da UEL). Informou a existência de 12 processos do CLCH parados na diretoria de obras (DPTE) desde

2023, protocolos na PRORH desde 2022 e mais de 40 processos na Corregedoria (sindicâncias e PADs) aguardando abertura desde 2023/2024. Revelou ainda que a Pró-Reitoria de Administração e Finanças tem recebido cobranças de credores por notas fiscais não pagas de 2024. Relatou que, ao assumirem o gabinete em 9 de junho, as pastas de documentos da chefia de gabinete haviam sumido. Explicou que os arquivos eram salvos em contas pessoais de servidores da gestão anterior, e não em contas institucionais, tendo sido apagados ou removidos em 8 de junho. O mesmo problema de falta de documentos de transição foi relatado na PROPLAN. A Reitora finalizou pedindo paciência e tranquilidade à comunidade universitária, reforçando o compromisso de "colocar a casa em ordem" e afirmando que, diante de ataques ou informações inverídicas, a gestão continuará expondo a realidade dos dados e prazos para garantir a transparência. 1.10) Regularização do Calendário e Locais de Prova do Vestibular. Profª Andréa relatou a existência de um grave problema de planejamento herdado quanto ao vestibular, cujas inscrições foram abertas em 1º de julho. Informou que o lançamento do edital e das inscrições ocorreu sem que houvesse uma combinação prévia com a Secretaria de Estado da Educação (SEED) para a liberação das salas de aula necessárias para a aplicação das provas. Detalhou que, na noite de 30 de junho (véspera da abertura das inscrições), a universidade foi notificada de que não possuía autorização para utilizar as escolas estaduais de Londrina. Diante do risco de inviabilização do certame, a Reitora descreveu a organização de uma "força-tarefa" que envolveu articulação com políticos, o Núcleo Regional de Educação e o gabinete da própria secretaria. Ressaltou que a universidade iniciou o período de inscrições sem ter a confirmação oficial de onde as provas seriam realizadas. Explicou que o ponto de maior conflito com a SEED é a realização da segunda etapa do vestibular em uma segunda-feira, que é dia de aula regular na rede estadual. Essa coincidência gera transtornos logísticos para as escolas, como a necessidade de reorganização da merenda, pessoal de limpeza e cumprimento de dias letivos. A Reitora informou que, após diálogo direto, o secretário da SEED, confirmou a liberação das 17 escolas para o vestibular deste ano em caráter excepcional. No entanto, o secretário cobrou maior planejamento da UEL para os anos subsequentes. Como compromisso institucional, a Reitora anunciou que, até o final de 2026, a data do vestibular do próximo ano já deverá estar definida para que a SEED possa inclui-la preventivamente em seu calendário escolar, garantindo que não haja marcação de aulas na segunda-feira de provas e assegurando o uso das instalações sem conflitos. Profª Marci interveio

para esclarecer que a dificuldade com a Secretaria de Estado da Educação (SEED) não deve ser vista como uma obstrução proposital, mas como uma questão de alta complexidade logística. Explicou que as escolas estaduais possuem um regramento rígido de cumprimento de dias letivos, e que o início e o término dos períodos devem ser uniformes em toda a rede. Ressaltou que, se a data do vestibular não for incluída no calendário antes de sua publicação, gera-se um transtorno imenso, pois as escolas precisam organizar merenda e pessoal de limpeza (terceirizados). Pontuou que abrir um colégio de grande porte em um sábado para repor as aulas de uma segunda-feira de vestibular tem um impacto significativo na gestão escolar. Relembrou que, em 2024, já vivenciava esses problemas nas escolas e lamentou que em 2026 a universidade ainda enfrente essa falta de planejamento prévio. Profª Andréa concordou com a análise, reforçando que o compromisso assumido com o Secretário da SEED é definir a data do vestibular do ano seguinte até o final de cada ano vigente, permitindo que o Estado reserve o dia e evite a marcação de aulas na segunda-feira de provas. Prof. Mangili solicitou a palavra para tratar de outro processo mencionado pela Reitora (o protocolo do Detran). Esclareceu que o centro não havia "segurado" o processo; na verdade, o departamento de Construção Civil respondeu em 13 de agosto de 2025, informando que não teria condições de participar. Explicou que, quando a solicitação da reitoria chegou ao CTU na época, o prazo para manifestar interesse já havia expirado. Relatou que o centro chegou a consultar o governo estadual diretamente, sendo informado de que a oportunidade fora perdida pelo decurso de prazo. Expressou surpresa ao saber que o processo constava como "parado" ou "sobrestado" no sistema, quando o CTU acreditava que o assunto já havia sido encerrado e devolvido ao gabinete em agosto de 2025. Profª Andréa confirmou que o processo ficou efetivamente "sobrestado" (parado e oculto) no gabinete por um ano, sem ser enviado ao Estado. Afirmou que essa prática de manter processos em pastas pessoais de secretários ou assessores ("sobrestamento") não ocorrerá mais, e que os despachos serão encaminhados diretamente aos envolvidos. Aproveitou para denunciar que a nova gestão encontrou o gabinete da reitoria sem pastas de documentos e sem arquivos de transição, alegando que os documentos da chefia de gabinete "sumiram" na segunda-feira, dia 8 de junho (véspera da posse). Explicou que os arquivos eram salvos em contas pessoais dos servidores da gestão anterior e foram apagados ou removidos. Relatou situação semelhante na PROPLAN e informou que a Corregedoria possui mais de 40 processos (sindicâncias e PADs) parados desde 2023/2024

aguardando abertura. Concluiu afirmando que, diante de críticas ou informações inverídicas sobre a celeridade da gestão atual, continuará expondo a realidade dos prazos e a situação em que os processos foram herdados. 2) Profª Carrie Galvan relatou ter observado o que classificou como um "desvio e oportunismo" por parte da empresa prestadora de serviços de ar-condicionado em seu centro (CCS). Detalhou que, durante a instalação de um novo aparelho, os técnicos posicionaram o gerador no meio de um corredor, o que representava um risco físico (batida de cabeça). Ao solicitar que a instalação fosse feita na parte externa, os técnicos alegaram que a mudança encareceria muito o serviço devido à necessidade de 3 metros adicionais de cano de cobre. Posteriormente, a conselheira descobriu que a empresa já possuía um contrato vigente que cobria um quantitativo de instalações, o que teoricamente não deveria gerar custos extras diretos para o centro. Relatou que os técnicos retornaram uma semana depois para realizar um mapeamento, pretendendo colocar todos os aparelhos antigos daquele corredor para o lado de fora, na fachada do prédio. Carrie informou ter negado o serviço por considerar inviável esteticamente e por não ser uma prioridade, mas foi surpreendida dias depois com um orçamento de R$ 35.000,00 já pronto para a execução. Explicou a "manobra" orçamentária tentada pela empresa: como o contrato previa o serviço de "instalação", mas não o custo do cano de cobre, os técnicos tentaram transformar a venda de metros excessivos de cano em novos serviços de instalação para esgotar a margem orçamentária do contrato. Carrie emitiu um alerta aos demais gestores para que vigiem os contratos vigentes, especialmente neste momento de transição, para evitar imposições de serviços não solicitados ou manobras contratuais. Por fim, ressaltou que a empresa não poderia ter comparecido ao centro sem o acompanhamento de alguém da PCU (Prefeitura do Campus Universitário). Prof. Mangili relatou problemas técnicos recorrentes na instalação de aparelhos de ar-condicionado por empresas contratadas5. Mangili destacou os seguintes pontos críticos: Posicionamento Inadequado: criticou a prática de instalar a evaporadora nos cantos das salas para economizar material, o que compromete a performance térmica e gera desconforto aos usuários. Defendeu que, tecnicamente, o equipamento deve ser instalado no centro da sala para garantir o equilíbrio da carga térmica. Dimensionamento de Materiais: relatou que as empresas alegam a limitação de 3 metros de serpentina (tubulação de cobre) prevista em contrato para justificar a instalação nos cantos. Mangili argumentou que esse dimensionamento é matematicamente incorreto para salas de aula padrão (com 7,5m a 10m de largura e pé-direito de 2,80m), resultando em instalações inadequadas por falta de previsão de

metragem suficiente no contrato original. Em seguida, o Prof. Mangili manifestou preocupação com a gestão do patrimônio no CTU devido a mudanças nos softwares do governo estadual. Informou que a migração para aplicativos específicos do Estado retirou dos centros o acesso direto para conferência e controle efetivo de movimentações, perdas ou desvios de bens. Identificou uma inconsistência grave onde diversos equipamentos possuem a plaqueta física de patrimônio, mas os números correspondentes não constam na base de dados do sistema. Solicitou providências à administração para que o controle seja devolvido aos gestores das unidades. A Diretora de Planejamento e Integração Acadêmica da Proplan, Profª Eloísa Ribeiro esclareceu que as inconsistências apontadas no sistema de patrimônio são reflexo de um represamento de serviços da gestão anterior. Explicou que muitas compras efetuadas pela PROPLAN ficavam "ancoradas" no setor, sem que fosse realizado o trâmite de transferência para os centros de destino após a entrega física dos equipamentos. Relatou ter consultado o diretor anterior, que justificou a falta de tratamento desses dados pela carência de equipe e por não considerar a regularização patrimonial uma prioridade frente a outras urgências, deixando os ajustes para o período do inventário. Profª Eloísa destacou que essa prática gerou uma "bola de neve" de itens acumulados que não constam em seus locais corretos no sistema. Profª Andréa complementou relatando que diversos centros recebiam equipamentos (como televisões, computadores e cadeiras) e, embora possuíssem as plaquetas físicas, não conseguiam realizar a transferência oficial no sistema para as unidades específicas. Ressaltou que, mesmo com a sinalização dos centros sobre o recebimento dos bens, o processo de transferência não era concluído pela administração central, resultando na permanência dos bens no registro da PROPLAN. Profª Eloísa informou que, para sanar o problema, designou uma servidora especificamente para realizar o levantamento patrimonial e elaborar uma instrução aos diretores de centro sobre as ações necessárias em cada unidade. Revelou que, durante o período de transição, a administração anterior não soube explicar inconsistências graves, como a existência de um grande número de tablets e equipamentos novos (adquiridos em 2025 e 2026) que constam no patrimônio da PROGRAD, mas que fisicamente não estão localizados naquele setor. Concluiu afirmando que a gestão atual está em um processo complexo de "garimpar" informações para regularizar o acesso e o controle desses bens, enquanto gerencia outras demandas prioritárias. Por último, o Prof. Mangili apresentou uma reclamação formal em nome dos sete departamentos e dos professores do CTU a respeito de mensagens automáticas enviadas pelo sistema de pautas eletrônicas. Relatou que os docentes se sentiram ofendidos e constrangidos ao receberem mensagens com tom de cobrança "por não cumprimento de prazo" na sexta-feira à meia-noite, sendo que o prazo

oficial de fechamento era apenas na segunda-feira seguinte. Explicou que, devido à complexidade das disciplinas de engenharia, muitos professores trabalham na correção de provas e fechamento de notas até o limite do prazo, muitas vezes durante a madrugada de sexta para sábado. Pediu que a PROGRAD reavalie o sistema para que as mensagens funcionem apenas como lembretes políticos e não como notificações punitivas antes do vencimento do prazo estabelecido no calendário acadêmico. Profª Marci explicou que essa modalidade de cobrança foi uma herança da gestão anterior, baseada na premissa de que o processamento das matrículas estudantis exige o cumprimento rigoroso dos prazos pelos docentes. Marci reconheceu que, no bimestre corrente, houve uma falha na programação do sistema, que disparou as mensagens na sexta-feira, sendo que o prazo final para os professores era apenas na segunda-feira. Informou que a equipe da PROGRAD já está em contato com a Assessoria de Tecnologia de Informação (ATI) para ajustar o teor das mensagens, transformando-as em lembretes políticos e educativos que respeitem os prazos do calendário acadêmico, sem causar constrangimentos aos docentes que estão em dia com suas obrigações. 3) Profª Inês Fonseca relatou a ocorrência de um acidente no laboratório com uma estudante do programa IC Jr, que teve o dedo preso em um moinho. Informou que a professora responsável, em estado de desespero, envolveu o dedo da aluna em uma toalha e a levou diretamente para a UPA (Unidade de Pronto Atendimento). Profª Inês questionou quais seriam os procedimentos institucionais formais para avisar a escola de origem da aluna e manifestou preocupação com a falta de clareza sobre o atendimento de emergência no campus. Criticou o fato de a universidade não possuir um posto de atendimento centralizado visível, relatando dificuldades anteriores em acionar o SAMU e a incerteza sobre qual órgão contatar em casos críticos. Sugeriu a criação de cartazes informativos com telefones de emergência em todos os centros, semelhantes aos da Ouvidoria. Profª Andréa esclareceu que a universidade possui um contrato com a empresa "Mais Saúde" para serviços de ambulância, que, embora aprovado pelo conselho em setembro do ano passado, foi finalizado e implementado recentemente. Informou que o SEBEC é o gestor desse contrato e que se comprometeu a verificar por que as informações e protocolos de acionamento ainda não foram devidamente distribuídos aos centros. Ressaltou ainda que todos os estudantes são cobertos por um seguro contra acidentes, aprovado em deliberação anterior deste conselho, e que a estudante acidentada pode acioná-lo para cobrir despesas com medicamentos e tratamentos. Soraia Martinez complementou as informações da reitora, confirmando a vigência do contrato com a "Mais Saúde", que prevê um tempo de resposta de aproximadamente 10

minutos para atendimentos no campus. Reforçou a necessidade de divulgar amplamente o telefone de contato da assistência em todos os centros de estudo para evitar que os docentes tenham que realizar o transporte por conta própria em veículos particulares. Prof. Doumit Camilios relatou que a professora responsável pelo laboratório, Sandra Galbeiro, o procurou no dia seguinte ao acidente para prestar esclarecimentos. Explicou que o incidente ocorreu enquanto um mestrando auxiliava a estudante do IC Jr. Prof. Doumit orientou a professora a formalizar um relato por e-mail ao Instituto Federal (escola da aluna), o que foi realizado em conjunto com a coordenação e o técnico da área. Informou que o Instituto Federal também possui seguro próprio e que a família da estudante está sendo assistida. Confirmou que a aluna já recebeu atendimento médico, medicação e possui retorno agendado, e que a professora Sandra também providenciou a abertura de uma Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) interna. 4) Prof. Silvano Costa apresentou um comunicado referente à situação da frota de veículos da universidade e aos procedimentos para sua conservação. Informou que, na semana seguinte à reunião, a administração encaminhará aos diretores de centros, pró-reitores e demais responsáveis por órgãos que possuam veículos sob sua guarda, um questionário detalhado (via *Google Forms*) para diagnosticar a situação mecânica e de conservação de cada unidade. O professor explicou que esse mapeamento se faz necessário devido ao alto volume de reclamações verbais sobre problemas nos carros, as quais não se refletem nos registros oficiais; segundo Silvano, o levantamento inicial apontou apenas cinco solicitações de serviço formalizadas no sistema. Ressaltou que a universidade possui um contrato de manutenção de veículos vigente e que os dados coletados pelo questionário permitirão à administração utilizar esse contrato de forma estratégica para começar a resolver os problemas da frota de maneira organizada. Concluiu informando que, após o preenchimento dos formulários pelos gestores, a equipe técnica realizará uma triagem dos "piores casos", que serão submetidos a uma avaliação presencial do pessoal da manutenção para os devidos reparos. 5) A Pró-Reitora de Administração e Finanças, Soraia Martinez, informou sobre a liberação do trimestre orçamentário ocorrida recentemente. Esclareceu que, por determinação da Reitora, o prazo do calendário para a realização de requisições, que originalmente se encerraria em 30 de junho, foi prorrogado. A equipe técnica da Proaf definiu que o novo prazo final para as requisições de verba real (reposição) será o dia 31 de julho. Soraia enfatizou que as solicitações devem estar devidamente autorizadas no sistema até a meia-noite dessa data para que possam

ser incluídas nos processos licitatórios e finalizadas ainda dentro do exercício vigente. A Reitora complementou o informe, detalhando a estratégia de gestão para evitar o represamento de recursos que ocorria em anos anteriores: Terceiro Trimestre: trabalhará com dinheiro real para gastos imediatos e manutenção. Quarto Trimestre: será utilizado para a previsão de contratos (fictício), permitindo que as licitações sejam planejadas com antecedência para o ano seguinte, garantindo que a universidade não fique sem margem de execução no segundo semestre. Encerrou reforçando a necessidade de cumprimento rigoroso do prazo de 31 de julho, sob risco de não haver tempo hábil para a homologação das licitações antes do fechamento do ano fiscal. 6) Profª Marci Batistão informou sobre a implementação do atendimento noturno da Prograd, destacando que a iniciativa visa atender uma demanda histórica da comunidade acadêmica. Informou que uma servidora foi especificamente designada e passou por um treinamento abrangente em todas as divisões da pró-reitoria para garantir uma compreensão mínima dos diversos processos e fluxos administrativos. O novo serviço terá início oficialmente logo após o término do recesso acadêmico. Embora a ideia inicial fosse realizar o atendimento na sede da Prograd, a equipe técnica concluiu que o local seria inviável por estar geograficamente distante dos blocos onde se concentra o maior volume de estudantes do período noturno, como o CECA, CLCH, CCE e CTU. Ressaltou que a sede da Prograd não seria segura para a manutenção de apenas uma servidora no período noturno. Por isso, optou-se por um espaço no CECA, que fica centralizado em relação aos demais centros e já possui secretarias funcionando à noite. A escolha do CECA também se justificou pelo fato de a servidora selecionada ser pedagoga daquela unidade. O atendimento será voltado primordialmente aos estudantes do noturno, mas estará disponível para qualquer aluno que necessite de suporte nesse horário. Informou que, na próxima reunião da Câmara de Graduação, todos os coordenadores de curso, receberão orientações detalhadas sobre o funcionamento da unidade noturna. Além disso, revelou que a Prograd iniciou conversas com o SESMT para a criação de um protocolo institucional. O objetivo é orientar coordenadores e servidores sobre como agir em situações emergenciais ou circunstâncias adversas que possam ocorrer no campus durante o período noturno, visando a segurança e o suporte adequado aos alunos e funcionários. Profª Andréa, sugeriu a confecção de cartazes e informativos (semelhantes aos da Ouvidoria) para serem espalhados pelos centros, garantindo que os estudantes tomem conhecimento do novo serviço. Houve ainda sugestões para que o atendimento fosse

futuramente considerado em locais como a Biblioteca Central (BC), mas a Pró-Reitora reforçou que, no momento, a prioridade foi ocupar um espaço já estruturado e seguro entre os centros com maior demanda. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores lavrei esta ata, que após aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

Andréa Name Colado Simão _____
Reitora

Gelson Liston _____
Decano do Centro de Letras e Ciências Humanas

Alex Eduardo Gallo _____
Vice-Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alan Salvany Felinto _____
Diretor do Centro de Ciências Exatas

Carlos Eduardo Caldarelli _____
Vice-Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Carrie Chueiri Ramos Galvan _____
Vice-Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Inês Cristina de Batista Fonseca _____
Vice-Diretora do Centro de Ciências Agrárias

José Fernando Mangili Júnior _____
Vice-Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Orlando Mendes Fogaça Junior _____
Diretor do Centro de Educação Física e Esporte

Luis Alberto Garcia de Freitas _____
Vice- Diretor do Centro de Educação Física e Esporte

Aurélio Pereira _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Doumit Camilios Neto _____
Representando a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Marta Silene Ferreira Barros _____
Representando a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade

Soraia Martinez Silva Carmo _____
Pró-Reitora de Administração e Finanças

Marci Batistão _____
Pró-Reitora de Graduação

Vera Lúcia Tieko Suguihiro _____

Pró-Reitora de Recursos Humanos

Amauri Alcindo Alfieri
Pró-Reitor de Planejamento